



2º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE 2018

Direito

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

Você está recebendo as **PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA**, compostas por vinte questões objetivas e uma questão discursiva.

1. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A duração da prova é de **TRÊS HORAS**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas.
3. Cada questão contém os itens de “a” até “e” para resposta e o candidato deverá marcar o que entender tratar-se da resposta correta. Há apenas uma resposta correta para cada questão objetiva.
4. O candidato só poderá sair das dependências do local de aplicação das provas após decorrido **1 (uma) hora do seu início**. Somente será autorizado o candidato levar consigo o caderno de provas 01 (uma) hora antes de seu término.
5. Use caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, borracha ou de canetas em desconformidade com as especificações acima.
6. Não será permitida consulta a qualquer material, bem como o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos, os quais serão acondicionados nos sacos plásticos fornecidos pelos fiscais de mesa, lacrados e colocados em local apropriado.
7. A constatação de consulta ou uso de qualquer equipamento eletrônico durante a aplicação da prova implicará a anulação das provas do candidato e sua eliminação do certame.
8. O gabarito oficial preliminar será divulgado pelo site da PR/DF (<http://www.mpf.mp.br/df/estagie-conosco>) no dia 29/10/2018, após as 18h00.
9. O prazo para interposição de recurso é de 02 (dois) dias úteis, após a respectiva divulgação de gabarito e dos resultados no sítio da PR/DF na internet (www.prdf.mpf.gov.br), devendo ser protocolado no Edifício Sede da Procuradoria da República no Distrito Federal, situado na Avenida L2-Sul Q. 603/604, Lote-23, no Setor de Gestão Documental- SGD, das 09h às 16h.

Brasília, 26 de outubro de 2018.

1. Sobre os Direitos fundamentais estabelecidos na Constituição de 1988, é certo afirmar:

- a) O preso não tem o direito de permanecer calado quando for autuado em flagrante na prática criminosa, apesar de lhe ser assegurada a assistência da família e de advogado.
- b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo ingressar em nenhuma circunstância, salvo unicamente com o expresse consentimento do morador.
- c) A lei penal não pode retroagir em nenhuma circunstância.
- d) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- e) A Constituição assegura apenas para os processos judiciais a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

2. A Constituição estabelece as seguintes garantias a todos os membros do Ministério Público:

- a) Vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- b) Inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.
- c) Irredutibilidade de subsídio.
- d) Todos os itens anteriores estão corretos.
- e) Somente os itens a e c estão corretos.

3. De acordo com a Constituição Federal, compete aos Juizes Federais processar e julgar, exceto:

- a) Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.
- b) A disputa sobre direitos indígenas.
- c) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho
- d) Os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.
- e) Os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas ou sociedades de economia mista, incluídas as contravenções penais.

4. Não é atribuição privativa do Presidente da República:

- a) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- b) Autorizar referendo e convocar plebiscito.
- c) Decretar e executar a intervenção federal.
- d) Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- e) Nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.

5. São bens da União, exceto:

- a) Os recursos minerais, excluídos os do subsolo.
- b) As terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.
- c) Os terrenos de marinha e seus acrescidos.
- d) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- e) O mar territorial.

6. No âmbito do direito penal, é incorreto afirmar:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- c) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.
- d) O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo.
- e) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

7. Assinale a alternativa correta:

- I - O direito penal instituiu o arrependimento posterior segundo o qual, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- II - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
- III - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

IV - Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade, em legítima defesa ou em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) As alternativas II e IV estão corretas.
- c) As alternativas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas a alternativa II está correta.
- e) Nenhuma alternativa está correta.

8. São crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração Pública em geral previstos na Parte Especial do Código Penal, exceto:

- a) Peculato.
- b) Concussão.
- c) Corrupção passiva.
- d) Prevaricação.
- e) Corrupção ativa.

9. Assinale a alternativa correta:

I - A lei processual penal não será aplicada imediatamente.

II - O inquérito policial é peça indispensável para instruir a denúncia ofertada pelo Ministério Público, titular exclusivo da ação penal, não podendo ser instruída com outras peças informativas.

III - Se o órgão do Ministério Público requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao Desembargador, e este oferecerá a denúncia, ou designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.

IV - O Ministério Público poderá desistir da ação penal.

- a) As alternativas I, II e III estão corretas.
- b) As alternativas III e IV estão corretas.
- c) Todas as alternativas estão incorretas.
- d) Somente a alternativa IV está correta.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

10. No tocante à prisão, é incorreto afirmar:

- a) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- b) Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.

c) O Código de Processo penal não estabelece medidas cautelares diversas da prisão.

d) O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

e) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial.

11. Sobre os recursos penais, é correto afirmar:

a) O recurso somente poderá ser interposto pelo Ministério Público. Jamais pelo querelante ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor.

b) Caberá apelação da decisão, despacho ou sentença que não receber a denúncia ou a queixa.

c) Caberá recurso em sentido estrito no prazo de 5 (cinco) dias das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.

d) Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar.

e) O habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem. Jamais pelo Ministério Público.

12. Assinale a alternativa correta:

a) A finalidade do ato administrativo pode ser a satisfação de interesse privado, a critério da autoridade máxima do órgão público.

b) A competência é um conjunto de poderes que a lei confere aos agentes públicos para que exerçam suas funções, sendo contudo, renunciável.

c) A presunção de legitimidade dos atos administrativos decorre do princípio da legalidade, o que faz esta presunção ser inerente ao nascimento do ato administrativo.

d) Os atos administrativos complexos envolvem vários assuntos de diferentes áreas a serem decididos pela mesma autoridade.

e) Por força de dispositivo constitucional, o controle do ato por via do processo administrativo exclui o controle judicial.

13. Assinale a alternativa correta:

a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

b) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas, excetuadas apenas as nomeações para Ministro de Estado.

c) O lançamento de novo edital de convocação para concurso público implica em decadência do direito de nomeação dos aprovados em concursos anteriores.

d) Aos militares é negado o direito à livre associação sindical e servidores públicos civis é vedado o direito de greve.

e) Qualquer ente federado poderá desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, desde que garantida a prévia indenização.

14. Assinale a alternativa correta:

a) A Constituição prevê prazo em dobro para o usucapião de imóveis públicos.

b) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer ilegalidade ou abuso de poder por parte de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

c) A vitaliciedade dos membros do Ministério Público é relativa, pois podem ser sumariamente demitidos pelo Procurador Geral ou pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

d) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são garantias asseguradas somente aos membros vitalícios do Ministério Público.

e) É vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas ao Ministério Público.

15. Assinale a alternativa correta:

a) O nascituro é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

b) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os viciados em tóxico.

c) A morte não pode ser presumida para fins civis.

d) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-á morto em primeiro lugar o mais velho.

e) Os atos relativos a nulidade ou anulação do casamento, em razão da intimidade das partes, não deverão constar de registro público.

16. Assinale a alternativa correta:

a) No Direito Civil, a desconsideração da personalidade jurídica é ordinariamente cabível no caso de mera insatisfação de crédito.

b) Caracterizado o abuso da personalidade jurídica pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, cabe ao juiz, de ofício, determinar a dissolução da entidade.

c) As pessoas jurídicas de direito público, mesmo aquelas as quais tenham se dado estrutura de direito privado, regem-se conforme lei especial.

d) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

e) A proteção dos direitos da personalidade somente alcança as pessoas naturais.

17. Assinale a alternativa correta:

a) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

b) Quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem, há obrigação de reparação civil somente se comprovada a culpa.

c) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a restituir ao devedor, no limite do cobrado excessivamente.

d) A indenização mede-se equitativamente pela gravidade a culpa.

e) Não se transmite com a herança o direito de exigir a reparação, apenas a obrigação de prestá-la.

18. Assinale a alternativa correta:

a) Considerando que a Constituição determina que *“aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”* não há como lei limitar o direito da parte ao recurso.

b) O Princípio do Juiz Natural não contem expressão textual na Constituição.

c) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

d) A lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais civis.

e) O processo começa por impulso oficial e se desenvolve por iniciativa da parte.

19. Assinale a alternativa correta:

a) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

b) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

c) Toda sentença tem conteúdo declaratório, mas o pedido não pode se limitar a mera declaração.

d) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz nomeará curador especial.

e) O litisconsórcio se caracteriza quando diferentes juízos formulam entre si pedido de cooperação para prática de ato processual.

20. Assinale a alternativa correta:

- a) O pedido de nulidade de ato processual deve ser feito a partir de requerimento da parte que lhe deu causa.
- b) A alegação de nulidade não preclui.
- c) A nulidade de uma parte do ato não prejudica as outras, mesmo que dela sejam independentes.
- d) É nulo o processo, quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, mas a nulidade só poderá ser decretada após a intimação do *parquet*, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.
- e) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando se manifestar de forma divergente do juiz.



Ministério Público Federal

Procuradoria
da República no
Distrito Federal

QUESTÃO DISCURSIVA

Discorra sobre concurso de pessoas: conceito, teorias e requisitos para sua configuração.

PROVA DISCURSIVA - RASCUNHO

1

5

10

15

20